

O Ensino, a Universidade e a Realidade

Education, the University and Reality

Francisco Manes Albanesi Filho

I – A Criação da Universidade

A transmissão do saber teve início com o mestre (professor) formando os seus discípulos (alunos). Essa associação era estabelecida pelo forte desejo de realizar uma atividade e de perpetuar uma profissão (ocupação que requer noções especiais para o seu desempenho) que necessitava de prévio conhecimento e prática, com o objetivo de atender às necessidades da comunidade existente ao seu redor. Não existiam escolas, faculdades e universidades. O saber era transmitido do professor ao aluno, geralmente em seu próprio local de trabalho ou em sua residência. A formação estava centrada no binômio professor-aluno.

No ano de 859, na cidade de Fez, no Marrocos, é constituída a primeira Universidade - a de Karueein - onde o saber não era mais transmitido por um único mestre, mas por um grupo de professores, propiciando àqueles que desejassem exercer uma profissão, melhores meios de adquirir as habilidades específicas para se tornarem profissionais mais capazes e qualificados, ultrapassando, em muitos casos, os conhecimentos dos seus próprios mestres e difundindo em maior número o saber.

Essa nova forma de ensino foi questionada por mais de um século, tempo decorrido para que essa nova organização de ensino fosse testada e aperfeiçoada, quando no ano de 988 foi organizada a segunda Universidade - a de Al-Azhar - no Cairo, Egito. A partir desses marcos iniciais, observa-se que a organização desse tipo de transmissão do saber começa na África, fortalece-se, desperta para uma nova forma de transmissão do conhecimento que vai se expandindo, sendo incorporado na Europa, em 1088 com a criação da Universidade de Bologna, na Itália.

Na ocasião da descoberta do Brasil, em 1500, existiam 46 universidades no mundo, sendo que 43 na Europa (11 na Itália, 8 na Alemanha, 6 na Espanha, 4 na França, 3 na Escócia, 2 na Inglaterra e 1 em cada um dos seguintes países: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Hungria, Polônia, Portugal, Tchecoslováquia, Suécia e Suíça), além de 2 na África (Marrocos e Egito) e 1 universidade na Ásia (Iraque).

Em Portugal, a fundação da Universidade de Coimbra data de 1290, antecedendo em dois séculos as grandes conquistas náuticas.

Com a assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 1494, entre os reinos de Castela (Espanha) e Portugal, o Novo Mundo foi dividido por uma linha que passava pelo meridiano a 370 léguas náuticas a oeste do Arquipélago de Cabo Verde. As novas terras passaram a ter grande importância, sendo que a Espanha resolveu dispor, de imediato, em suas colônias, estruturas que eram de grande valia na expansão de seu reino, razão para criar as primeiras Universidades no Novo Mundo: em 1538 a Universidade de Santo Domingo, na hoje República Dominicana (primeira Universidade na América Central) e, posteriormente, em 1538 as de San Marcos no Peru (primeira Universidade na América do Sul) e Nacional do México (primeira Universidade da América do Norte).

Assim, a colonização espanhola buscava formar profissionais necessários para a expansão das suas colônias e, com isso, contribuía para o progresso que se instalava naqueles domínios. No Brasil isto não ocorria, pois todos os profissionais de nível superior que eram necessários para o seu desenvolvimento formavam-se em Portugal, gerando importante lacuna no Vice-reino.

II – O Ensino Superior da Medicina no Brasil

Quando da invasão francesa em Portugal, em 1807, D. João, então Príncipe Regente do Reino de Portugal, decidiu transferir a Corte para o Brasil, onde se encontravam as principais fontes de riqueza para a manutenção econômica da Corte: madeiras nobres, ouro, pedras preciosas e diamantes. Estas eram enviadas para a Europa, e Portugal se encarregava de ser o mero distribuidor dessas riquezas pelos países do Velho Mundo.

Na viagem de transferência da Corte para o Brasil, o Príncipe Regente veio acompanhado por importantes membros da Corte, entre eles o cirurgião-mor do Reino, que era um brasileiro de Goyania de Pernambuco, chamado José Correia Picanço. Este médico sensibilizou e muito contribuiu para que D. João, ao aportar em Salvador, tivesse criado o primeiro curso superior no Brasil. Essa escola veio também dar relevo ao papel que a Bahia exercia no reino, pois foi capital do Vice-reino do Brasil até a mudança para o Rio de Janeiro.

Assim, foram criados os Cursos de Medicina: em 18 fevereiro 1808, na cidade de Salvador – Bahia, e em 05 novembro 1808 no Rio de Janeiro.

Até o fim do século XIX, somente estavam em funcionamento três escolas médicas no Brasil, que eram insuficientes para atender às necessidades do país. Nos primeiros 50 anos do século XX, foram criadas 10 novas escolas, totalizando 13 escolas em 1950. Entre 1950 e 1959, foram criadas 14 novas escolas, representando um aumento superior a 100% em um decênio. A maioria das escolas que estava localizada na região sudeste e sul passou a atingir os estados do norte e do nordeste.

Em 1960 houve a transferência da capital para Brasília. Foram então criadas, até 1963, mais 10 escolas, perfazendo 37 escolas em período anterior à instalação do governo militar que depôs o Governo João Goulart. No período de 1964 a 1979 foram criadas 40 escolas médicas, sendo a maioria privada, quando o governo no afã de acalmar a juventude, faz concessões a grupos de políticos que lideram a implantação do ensino privado no país.

Em 1980, contavam-se 77 escolas de medicina. Este número era excessivo, tendo o estado adotado então uma política de restrição à abertura de novos cursos. Entre 1979 e 1987, não foi autorizado nenhum novo curso. Com a abertura política e o restabelecimento das eleições para a presidência da república, presenciou-se um novo surto de abertura

indiscriminada de novas escolas de medicina. Entre 1987 e 1999, foram autorizadas mais 26 escolas, totalizando 103 em funcionamento, no final do século XX.

Neste novo século, em apenas oito anos (2000-2008), assistiu-se a abertura de 72 novos cursos de medicina e, em 01/03/2008, contavam-se 175 escolas de medicina.

Do total de escolas de medicina em funcionamento no país, 104 (59,43%) são privadas e 71 (40,57%) públicas. Destas, 44 (25,14%) são federais; 24 (13,71%) são estaduais e 3 (1,71%) são municipais. São oferecidas, atualmente, 17.324 matrículas para alunos do primeiro ano, sendo 8880 nas 80 escolas da região sudeste, 3.436 nas 36 do nordeste, 2.476 nas 30 escolas do sul, 1.462 nas 17 do norte e 1.070 matrículas nas 12 escolas da região centro-oeste. As mensalidades cobradas pelas escolas particulares vão de R\$1.620,00 da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (BA), até R\$ 3.996,00 na UNIFENAS (MG) e R\$ 3.966,00 na Uni-Belo Horizonte (MG).

Países em desenvolvimento e com grandes populações, como a Índia e a China, são os que mais se aproximam do Brasil em relação ao número de escolas médicas. A Índia, com população de 1.200.000.000 habitantes, possui 272 escolas de medicina, enquanto a China, com 1.500.000.000 habitantes, possui 150 escolas, devendo ser destacado que a população brasileira é inferior a 190.000.000 habitantes.

Quando os primeiros cursos de medicina foram implantados, o funcionamento era precário, não atendendo às demandas do país. Depois eles foram progressivamente incorporando disciplinas e docentes, deixando de lado “os lentos” (professores que apenas liam para os alunos o conteúdo dos livros, que eram a base da disciplina que era ministrada) e passando a dispor de maior número de docentes que ensinam, ao futuro médico, os conhecimentos básicos e necessários à sua formação.

Segundo Dr. Antonio Celso Nassif, na década de 60 do século passado (século XX), um ministro do governo teria assim se referido aos problemas desencadeados pelas reivindicações dos médicos em relação aos seus vencimentos e salários: “providenciaremos a formação rápida e efetiva de tantos deles que, logo, todos virão de joelhos procurar trabalho a qualquer preço”. Acredita-se que esse ministro tenha colaborado para a disseminação das escolas médicas, cumprindo sua promessa e sobrecarregando a profissão com excesso de profissionais, mal distribuídos no país, ocasionando

o caos que, diariamente, é referido pela mídia como insustentável ao desenvolvimento do povo brasileiro.

No Rio de Janeiro está autorizado o funcionamento de 17 cursos, onde são oferecidas 2.460 matrículas no 1º ano (representando 13,62% do total de matrículas no início do curso no país). Entre as escolas privadas, o valor das mensalidades varia de R\$ 1.802,00 na UNIGRANRIO - unidade Duque de Caxias (a unidade da Barra da Tijuca cobra R\$ 1.992,00) a R\$ 2.550,00 no Centro Educacional de Ensino de Valença.

Estão em vias de expansão as vagas públicas, com a realização de novos cursos em Macaé, da UFRJ e em Cabo Frio, da UFF. O governo Lula criou, em 2007, 10 novas universidades públicas no país e, se cada uma delas desejar criar cursos de medicina, ter-se-á, nos próximos anos, igual número de cursos públicos criados.

III - Cursos Superiores e a Universidade no Brasil

No período do domínio holandês, no nordeste brasileiro, o Príncipe Maurício de Nassau cogitava a criação de uma universidade, porém após 1644, quando ele foi substituído, a instituição que estava sendo criada em Recife, perdendo o seu grande incentivador, foi abandonada e esquecida.

Essa idéia ficou adormecida até que, em 20/12/1662, os jesuítas baianos, que administravam o Colégio da Bahia onde mantinham os cursos de Teologia e Artes, encaminharam à Câmara de Salvador (capital do Vice-reino do Brasil), um pedido de estabelecimento da uma universidade. Essa universidade seguiria as leis de Portugal e seria equiparada à Universidade de Évora (criada em 1559). Como o Vice-reino não tinha autonomia para atendê-la, encaminhou, através do seu procurador, a solicitação à Corte, que de pronto a rejeitou. Inicialmente, acreditavam que a recusa fosse devida à Universidade à qual se estava solicitando a equiparação. No ano seguinte, a mesma Câmara de Salvador reitera o documento anterior, porém indica a Universidade de Coimbra para a equiparação (fundada em 1290, em Lisboa, por D. Diniz, sendo a mais antiga e tradicional de Portugal), sendo também o pedido rejeitado pelo Rei de Portugal.

Com a vinda da Corte para o Brasil e da criação de cursos superiores em 1808, novamente o tema volta a ser discutido, porém sem empolgar os dirigentes. Ganhou maior interesse quando, em 1820, um projeto atribuído a José Bonifácio de Andrade e Silva,

introduz a necessidade de se contar com uma universidade no país, porém esse interesse não ganhou adeptos e foi também esquecido.

Após a proclamação da Independência do Brasil, novos ares progressistas ganham o país, e novamente são discutidas formas de expandir a cultura e os negócios no novo reino. A Constituição promulgada em 25/03/1824 por D. Pedro I, artigo 179, parágrafo 33, previa a criação de uma universidade no país; entretanto, apesar de sua ordenação constitucional, não ganhou força suficiente, constituindo apenas mera intenção do desejo da sociedade.

Em 1842, José Cesário Ribeiro propôs a criação da Universidade Pedro II, que seguiria os moldes da Universidade de Coimbra, aglutinando os cursos superiores já implantados no país. Essa intenção também não saiu do papel, apesar do grande interesse do monarca no assunto.

Em 03/07/1843 foi apresentado pelo senador Manoel do Nascimento e Silva um anteprojeto onde seriam fundidos os cursos jurídicos, a escola de medicina, as academias militares, o Colégio Pedro II e os cursos secundários do município da Corte. Esse projeto, por prever que também as academias militares deveriam ficar subordinadas à estrutura administrativa a ser criada, contou com vários opositores, entre eles os militares que não concordavam com a subordinação administrativa proposta e foram os principais responsáveis pelo seu arquivamento.

Em 1881, um anteprojeto de autoria do ministro Francisco Homem de Mello, responsável pela educação pública, propunha que as escolas superiores existentes no Brasil fossem todas incorporadas. As escolas existentes em outros estados, como as Faculdades de Direito de São Paulo e Recife, a Faculdade de Medicina da Bahia, a Escola de Minas de Ouro Preto, juntamente com a Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro, o Observatório Astronômico Nacional, o Museu Nacional e a Biblioteca Nacional seriam fundidas aos cursos superiores existentes no Rio de Janeiro, porém deixando de lado as escolas militares. Com isso, retiram os opositores militares que desejavam ter estrutura própria de organização. O anteprojeto também não foi aceito sob a alegação de que o Ministro da Educação Pública iria centralizar o poder em suas mãos.

Esse fato fez nascer sentimentos em diversos estados brasileiros, que por não concordarem com a unificação da administração do ensino, começaram a esboçar a criação de novas escolas superiores em seus territórios jurisdicionais, principalmente os estados do Paraná, de São Paulo e do Amazonas.

Em 10/12/1892, já no período republicano, no governo de Floriano Peixoto, o Presidente do Estado do Paraná, Dr. Francisco Xavier da Silva, sanciona a Lei nº 63, que concede ao historiador, jornalista e poeta José Francisco da Rocha Pombo a concessão para fundar e explorar uma universidade na cidade de Curitiba, por prazo de 50 anos. No entanto, essa iniciativa não era compartilhada pela sociedade local, que continuava a enviar os seus descendentes para realizarem estudos superiores nas escolas do Rio de Janeiro e de São Paulo, fazendo com que até o seu criador transferisse a sua residência para o Rio de Janeiro. O fato de ter a pedra fundamental da universidade lançada, e posterior não continuidade de suas ações, foi em parte decorrente do movimento federalista que estava sendo travado no país, modificando toda a estrutura vigente até aquela ocasião.

Em 01/01/1901, foi aprovado o Decreto nº 3.890, no governo de Manoel Ferraz Campos Sales, que atribuía à União o monopólio da criação de instituições de ensino superior e secundário no país, exigindo que as instituições autorizadas a funcionar fossem equiparadas a uma instituição modelo de nível federal.

A extração da borracha passava a ter importante papel nas economias nacional e mundial, e a Amazônia apresentava um surto áureo de crescimento, passando a ter grande importância na economia brasileira. Assim, um grupo de idealistas, tendo à frente Eulálio Chaves, fundou em 17/01/1909, a Escola Universitária Livre de Manáos (grafia da época, para Manaus), cuja origem foi a Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas, depois designada de Universidade de Manáos em 13/07/1913. Essa instituição iria contar com os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, Ciências e Letras, Engenharia e Medicina (não chegou a funcionar só sendo efetivado em 20/11/1965 – 39ª escola médica criada no país). Com a decadência econômica da borracha, a falta de recursos para investimentos foi um dos fatores mais importantes para que seus cursos fossem gradativamente sendo desativados, à exceção do curso de Direito.

Em 05/04/1911, no governo do marechal Hermes da Fonseca, foi aprovada a Lei nº 8.659 – Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, conhecida como Lei Rivadávia, de autoria de Rivadávia Correia (Ministro da Justiça e Negócios Interiores), que era muito ousada para a época: permitia a criação de estabelecimentos de ensino superior de natureza privada, dispensava a equiparação das instituições a um modelo a nível federal, instituía a Livre Docência no país (nos

moldes da escola alemã) e concedia autonomia administrativa, financeira e didática às instituições de ensino estatais, que passavam a não ter mais qualquer espécie de privilégio. No entanto, um fato da Lei iria ser muito questionado: o das escolas superiores criadas pelos estados e pela iniciativa privada, que ficariam isentas de qualquer fiscalização do governo federal.

Em 18/03/1915, no governo de Wenceslau Brás Pereira Gomes, é aprovada a Lei nº 11.530 do Ministro da Justiça, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, cassando as prerrogativas que haviam sido consignadas na Lei Rivadávia, tais como: perda da autonomia didática, voltando os programas federais oficiais a ser compulsórios; obrigação da prestação de exames vestibulares de seleção para ingresso nos cursos; exigência de qualificação do corpo docente da instituição; sede da instituição do curso superior em cidade com, no mínimo, 100.000 habitantes ou ser capital de estado com mais de 1.000.000 habitantes, além de já estar em funcionamento por mais de cinco anos, para que pudesse pleitear e requerer equiparação. Desse modo, progressivamente, foram extintas as instituições criadas após 1911.

No Paraná, somente após o término do processo envolvendo a região do contestado, que passou a ser incorporado ao Estado de Santa Catarina, e com a excelente produção agrícola, principalmente da erva-mate, a intelectualidade paranaense ressurgiu com o desejo do projeto de ter uma universidade. Assim, em 19/12/1912, liderados por Vitor Ferreira do Amaral e Silva e de profissionais liberais da cidade de Curitiba, observa-se não só a emancipação política do estado como também a sua emancipação cultural, com a criação da Universidade do Paraná. Em 1913 ela começa a funcionar, como universidade particular, com cursos de Direito, Medicina, Odontologia, Farmácia, Ciências Sociais, Engenharia e Comércio.

Após a criação, as Universidades passavam por um período de organização, para então entrarem em funcionamento. Muito se discute qual foi a primeira Universidade a funcionar no Brasil. A do Paraná começou a funcionar em 24/03/1913, enquanto a do Amazonas em 13/07/1913, e ambas conseguiram fazer registro de seu início de funcionamento em vários registros nacionais e internacionais. Em referência, porém, às datas, a do Paraná antecedeu em quase quatro meses a do Amazonas.

A declaração da primeira guerra mundial e as dificuldades geradas pela recessão econômica oriunda na economia mundial refletiram também no governo federal do Brasil que passou a não ver com

bons olhos a forma independente dos estados mais economicamente ativos investirem em educação, determinando então o fechamento das universidades existentes no país. A Universidade Paranaense, a fim de driblar essa medida, encontrou um modo de continuar funcionando: desmembrou suas unidades em faculdades isoladas, somente vindo a reuni-las quase 30 anos após, quando em 1950 novamente passou a existir legalmente, como instituição pública e gratuita.

A Universidade de São Paulo, fundada em 23 de março de 1911, na cidade onde já existiam várias instituições amparadas pela Lei nº 8.659, todas de natureza privada, entre elas a Universidade Paulistana, o Instituto Superior de São Paulo e a Universidade do Estado de São Paulo, se diferenciava das demais, pois era freqüentada por quase 800 alunos nos seus cursos de Medicina, Direito, Farmácia, Odontologia, Engenharia, Filosofia e Letras, liderada pelo médico e reitor, Dr. Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães. No entanto, a Universidade de São Paulo nos moldes atuais, somente seria criada em 25/01/1934, através do Decreto Estadual nº 6.283, após os embates políticos travados contra o governo central do presidente Getúlio Dornelles Vargas, que culminou com a Revolução Constitucionalista de 1932.

A única saída dos seus governantes foi buscar credibilidade do povo de São Paulo, investindo em uma grande universidade para resgatar a estima do Estado. Assim, liderados pelo governador Armando de Salles Oliveira, grandes somas são investidas na contratação, na Europa, de grandes cientistas e pesquisadores de notada competência, dando grande estímulo para que o Estado resgatasse sua estima e conceito frente ao governo central.

IV - A Criação da Primeira Universidade Pública no Brasil

Em 1920, no mês de setembro, estava em visita ao Brasil, atendendo ao convite do Presidente Epitácio Pessoa, o rei Alberto I (Alberto Leopoldo de Clemente Maria Meinrad – 1875 - 1934) da Bélgica. Como Sua Alteza era pessoa de rara cultura, foi decidido que lhe seria concedido o título de *Doutor Honoris Causa*, cujo título não podia ser outorgado por faculdades isoladas, mas somente por Universidade. O presidente brasileiro, a fim de resolver o problema, criou em 07/09/1920 a Universidade do Rio de Janeiro, que estava autorizada a funcionar desde 1915, porém somente foi efetivada pelo Decreto nº 14.343 de 1920, reunindo as Escolas Politécnicas, de Medicina e de Direito do Rio de Janeiro, quando então passou-se a ter oficialmente a primeira universidade pública no país.

Este fato é contestado pelo Prof. Paulo Pardal, da UFRJ, que não encontrou nenhum documento que afirmasse ser esta a pretensão do governo para a criação da universidade, fato também referido pelo professor Francisco Bruno Lobo (Catedrático de Histologia e diretor da Faculdade de Medicina da Praia Vermelha – UFRJ), que historiou aquela instituição, publicando dois volumes do seu livro “Uma Universidade no Rio de Janeiro”.

Essa é a história que se conhece, porém é fato real que o Rei Alberto I recebeu no dia 07/09/1920 o título de *Doutor Honoris Causa* da Universidade do Rio de Janeiro, criada naquela mesma data. Essa instituição viria a ter atribuições administrativa e burocrática até 05/07/1937 (Lei nº 452) quando é criada a Universidade do Brasil que, a partir de 1965, passa a ser designada de Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Estamos comemorando os 200 anos da instalação dos cursos superiores no país, com relevo ao de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro.